

1 **ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO COMITÊ DE**
2 **INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA**
3 **NO DIA TREZE DE AGOSTO DE 2014, NA SEDE DA AGEVAP, EM RESENDE – RJ.** Aos treze dias do
4 mês de agosto de dois mil e catorze, instalou-se a 5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva (CTC) do
5 CEIVAP, em Resende/RJ, com a **presença dos seguintes membros:** Minas Gerais – Paulo Afonso Valverde Jr.
6 (CESAMA), Deivid Oliveira (FIEMG), Maria Aparecida Vargas (Energisa); Rio de Janeiro – Moema Versiani
7 (INEA), Humberto Dias (Prefeitura de Barra do Piraí), Eduardo Dantas (CEDAE), Vera Lúcia Teixeira (ONG O
8 Nosso Vale! Nossa Vida), Roberto Machado (Instituto Rio Carioca); São Paulo – Zeila Piotto (CIESP Taubaté),
9 Renato Veneziani (SABESP), Luiz Roberto Barretti (ABES/SP), Rutnei Morato (SOAPEDRA); **dos seguintes**
10 **convidados:** Giordano Bruno Bomtempo (ANA), Aline Alvarenga (AGEVAP), Aline Judite Sousa (AGEVAP),
11 Raíssa Galdino (AGEVAP); **e justificadas as seguintes ausências:** Matheus Machado Cremonese (PREA),
12 Eduardo Araújo (IGAM), Virgílio Furtado (AMPAR), João Emídio Lima da Silva (IAVARP); **para tratar da**
13 **seguinte pauta:** 1 – Proposta de revisão da Deliberação CEIVAP 65/2006; 2 – Proposta de atualização de
14 valores referentes ao PPU; 3 – Assuntos Gerais. Conferido o quórum, o Coordenador da Câmara Técnica
15 Consultiva do CEIVAP, Sr. Paulo Valverde, abriu a 5ª Reunião Ordinária da CTC de 2014, agradecendo a
16 presença de todos e passando para a discussão do primeiro item da pauta. Em tempo, sugeriu uma inversão de
17 pauta, uma vez que a discussão do item 1 dependeria de uma conclusão no item 2. Os membros da CTC
18 concordaram com a inversão de pauta e iniciou-se a discussão do item 2 – Proposta de atualização de valores
19 referentes ao PPU. O Sr. Paulo Valverde (CESAMA) fez uma introdução do assunto, citando que com a
20 apresentação feita pela AGEVAP na última reunião da CTC foi mostrado um quadro preocupante no que diz
21 respeito à capacidade financeira da Agência, e em contrapartida foram apresentadas propostas para reversão do
22 quadro. Com base nas proposições da AGEVAP, os segmentos se reuniram para análise e discussão das mesmas
23 e consolidaram uma proposta para ser apresentada e aprovada no âmbito da Câmara Técnica. **ITEM 1:**
24 **Proposta de atualização de valores referentes ao PPU** – A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) iniciou uma
25 apresentação referente a proposta de reajuste e as discussões acerca desse assunto no âmbito da CTC. Relatou
26 que já foi rejeitada pela CTC qualquer indexação ou recomposição de valores do PPU devido a inflação ou
27 qualquer outro índice. Tendo em vista a situação da AGEVAP e a discussão que acontece no CNRH relativa à
28 sustentabilidade das entidades delegatárias (e do sistema em si), a Câmara Técnica solicitou a AGEVAP que
29 apresentasse um cenário de custeio para os próximos 03 (três) anos considerando o uso dos rendimentos
30 financeiros e a reclassificação de despesas no sentido de reduzir os gastos computados nos 7,5%. Na última
31 reunião da CTC, a AGEVAP apresentou diversos cenários de custos aumentando o número de funcionários
32 pagos com os recursos da cobrança pelo uso da água de domínio da União (7,5%). A partir dos cenários de
33 custeio da AGEVAP, das propostas discutidas na CTC, os setores usuários analisaram a proposta que fazia
34 referência a um quadro de 06 (seis) pessoas na Agência (Ano de 2015 = 8,8%; Ano de 2016 = 5%; Ano de 2017
35 = 5%). As discussões e análises dos setores usuários geraram as seguintes conclusões: O cenário não é favorável
36 para aumento de qualquer custo, visto que a retração da economia afeta a indústria com redução de empregos;
37 Existem questões estruturais que precisam ser equacionadas tanto na aplicação dos recursos quanto para custeio
38 das entidades delegatárias; Necessidade de encaminhar para a próxima plenária do CEIVAP a situação da
39 AGEVAP (relação despesas e custeio); A cobrança não é um imposto, mas um preço público, fixado a partir de
40 um pacto entre usuários, sociedade civil e poder público no âmbito do Comitê de Bacia, com o apoio técnico
41 dos órgãos gestores. Entre as discussões no âmbito dos setores usuários, em relação aos recursos do sistema, foi
42 citado o pagamento do setor elétrico e a compensação ambiental, e foram apresentados os seguintes dados: R\$
43 240 milhões em 2013; Estes recursos são geridos pela ANA, mas quem determina a prioridade de aplicação é
44 (deveria ser) o CNRH; Recursos aplicados 100% a fundo perdido e sem acesso aos usuários privados; R\$ 65
45 milhões (0,18% da compensação ambiental) que deveriam ser destinados para implementação do sistema de
46 recursos hídricos e rede hidrometeorológica são contingenciados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). A
47 proposta consolidada pelos setores usuários foi: Revisão do PPU a partir de 2015 (aumento de 9%); $PPU_{cap} = R\$$
48 $0,010$; $PPU_{cons} = R\$ 0,021$; e $PPU_{DBO} = R\$ 0,076$. A proposta considera análise de futuras revisões a partir do
49 ano de 2016, condicionado a: Revisão do contrato de gestão com ajustes e revisão das metas e complementação
50 de custeio usando recursos do sistema geridos pela ANA; Readequação no quadro de funcionários da AGEVAP
51 com contratação de gerenciadora de projetos para viabilizar a gestão dos contratos sem onerar a fração de
52 custeio; Seja consagrado, por norma administrativa, o que é verba de custeio. Não se confundindo as atividades
53 dos colegiados, comitês e suas câmaras, precipuamente atividades de gestão de recursos hídricos, conforme
54 competências legais estabelecidas, com as despesas de funcionamento, tais como aluguéis, serviços de públicos
55 de água, energia entre outros; Seja estabelecida, pelo CNRH, uma regra geral para a atualização do PPU,
56 contendo macro diretrizes e ainda os mecanismos aplicáveis, tetos, avaliação de impacto nos usuários, regras de
57 consulta e de aplicação; Revisão e atualização do cadastro de usos e usuários, com a implantação de um sistema
58 de informação atualizado (ampliação e campanhas de fiscalização); Ação clara e contundente sobre os
59 inadimplentes; Harmonização dos valores da cobrança sem a grande disparidade setorial, com definição clara de
60 critérios para a avaliação de impacto para os diferentes setores usuários; Estabelecimento de mecanismos legais
61 e administrativos para garantir a aplicação dos recursos da cobrança de forma reembolsável, definindo-se
62 critérios claros para aplicações a fundo perdido com exigência de contrapartidas mínimas para este tipo de
63 mecanismo; Estabelecimento de mecanismo que permita acesso aos recursos da cobrança pelo setor privado,

64 tal como a indústria, para investimentos em projetos de melhoria voltados ao uso da água e lançamento de
65 efluentes; Regras claras de relacionamento entre comitê, entidade delegatária e órgão gestor, conforme prevê a
66 Lei nº 10.881/04, no âmbito do contrato de gestão. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) falou que na
67 última reunião da CTC, realizada no dia 29 de julho na sede do INEA (RJ), o referido assunto foi muito
68 debatido e o setor usuário levou tudo que foi discutido no âmbito da CTC em consideração. Parabenizou o
69 trabalho e disse estar de acordo com tudo que foi colocado. O Sr. Paulo Valverde (CESAMA) ponderou que há
70 uma preocupação com a AGEVAP. Diante do amadurecimento do sistema, não podemos deixar a Agência
71 retroceder, temos que buscar alternativas para manter o progresso. Comentou que foi muito importante a
72 discussão dessa temática no CNRH e em outros âmbitos, visto que o assunto ganhou visibilidade. Ressaltou que
73 o Contrato de Gestão tem que ser mais trabalhado, divulgado, tem que se atentar para o modo de como é feita a
74 avaliação da AGEVAP. A Sra. Moema Versiani (INEA) questionou a proposta apresentada pelo setor usuário,
75 visto que a proposta da AGEVAP era mais completa, e a do setor usuário não contempla a recuperação de todos
76 os anos sem reajuste, a proposta minimamente concede uma folga para a AGEVAP nesse momento
77 emergencial. Destacou que a aprovação da proposta do setor usuário não impede que o assunto como um todo e
78 a proposta da AGEVAP continuem a ser discutidos com todas as questões já colocadas. A Sra. Zeila Piotto
79 (CIESP Taubaté) disse que a proposta do setor usuário foi pensada com o intuito de ser aprovada até setembro
80 desse ano. O Sr. Deivid Oliveira (FIEMG) ressaltou que o prazo é muito curto, e a proposta foi pensada para
81 cumpri-lo, o que não impede que o assunto volte a ser discutido em 2015. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio
82 Carioca) comentou que poderia ser colocada a condicionante que esse assunto será incluído na pauta de 2015 a
83 fim de discutir uma aplicação em longo prazo. O Sr. Paulo Valverde (CESAMA) sugeriu que a AGEVAP
84 apresente essas condicionantes. O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) falou que o entendimento dos usuários foi que
85 a AGEVAP precisava de uma solução imediata e eficaz. Relatou que a CTC solicitou os cenários a AGEVAP
86 considerando determinados aspectos, mas alguns não foram contemplados. Citou que há possibilidades de
87 equilíbrio maior que vão modificar nos próximos anos, por isso a questão não pode ser definida uma aprovação
88 a tão longo prazo. Destacou que o assunto pode voltar a ser discutido no próximo ano, porém, ainda tem que ser
89 avaliado o impacto em relação ao custo de produção de todos os usuários. O Sr. Renato Veneziani (SABESP)
90 destacou que o caminho para futuras discussões já foi aberto, nada impede que o assunto volte a ser discutido
91 daqui a um ano. A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) disse que para elaborar a deliberação será necessário uma
92 formatação do texto, visto que o texto atual está apenas apresentando as condicionantes. A idéia inicial é validar
93 as condicionantes e depois formatar o texto. Em tempo, comentou que um dos questionamentos do setor usuário
94 foi referente à cobrança pelo uso da água nos Comitês mineiros, se esta não estivesse sido estabelecida, a
95 proposta não teria sido aprovada. O Sr. Paulo Valverde (CESAMA) fez um breve relato resgatando o processo
96 até a consolidação de uma proposta, quando inicialmente a CTC solicitou uma apresentação referente à
97 capacidade financeira da AGEVAP, os cenários apresentados desencadearam uma proposta, e esta, após ser
98 analisada pela CTC, foi encaminhada para o setor usuário, que em contrapartida, apresentou outra proposta.
99 Diante desse contexto, o Coordenador da Câmara Técnica colocou em votação as propostas, sendo denominada
100 como proposta 1 a apresentada pela AGEVAP (8,8% e 5,5%), e como proposta 2 a apresentada pelo setor
101 usuário (8,8% com condicionantes a serem determinadas). A proposta 1 obteve 1 voto, a proposta 2 obteve 10
102 votos, e dois membros se abstiveram. **ENCAMINHAMENTO** – *Fica aprovada, no âmbito da CTC, a proposta*
103 *de reajuste consolidada pelo setor usuário, e posteriormente a AGEVAP deverá apresentar as condicionantes.*
104 O Sr. Paulo Valverde (CESAMA) concluiu o item de pauta falando que será marcada uma data para levar ao
105 conhecimento da CTC uma apresentação sobre a cobrança no setor elétrico e o recurso contingenciado. **TEM 2:**
106 **Proposta de revisão da Deliberação CEIVAP 65/2006** – O Sr. Paulo Valverde (CESAMA) fez um relato com
107 um breve histórico referente ao estabelecimento de mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos
108 hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul desde 2006, os estudos e criação de grupos de trabalho para
109 aperfeiçoamento da metodologia de cobrança ao longo dos anos, e a atual proposta de revisão da Deliberação
110 CEIVAP nº 65/2006. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) comentou sobre a dificuldade de elaborar a proposta
111 em relação a questão do K. Apresentou um quadro comparativo com a DN 65 e a nova proposta elaborada
112 considerando o K saneamento e o K agricultura. A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) ressaltou que as
113 discussões da última reunião da CTC foram muito relevantes, devem ser levadas em consideração, e o desafio
114 será colocar tudo no papel. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida) atentou para o fato de
115 que a Comissão Especial não concluiu suas discussões sobre a transposição, e que a AGEVAP, inclusive, havia
116 ficado responsável por apresentar uma proposta na próxima reunião do grupo, que está marcada para o dia 2 de
117 setembro. O Sr. Paulo Valverde (CESAMA) disse que a CTC está ciente que as discussões sobre a transposição
118 estão acontecendo em paralelo e não foram concluídas, e estão aguardando a proposta concluída, para com base
119 nos estudos elaborados pela ANA, possa ser tomada uma decisão. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio
120 Carioca) destacou que o CEIVAP não pode deixar de responder o CNRH sobre a questão da transposição, e se
121 consolidado o assunto cobrança, serão duas respostas, uma vez que a questão da transposição ainda está em
122 discussão. Comentou que seria interessante citar na nova proposta da DN 65 que o assunto transposição está em
123 aberto. A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) sugeriu inserir um considerando na DN 65 referente à reativação da
124 Comissão Especial Permanente e suas discussões vigentes. Disse que o CEIVAP não pode deixar de estabelecer
125 um prazo para a Comissão apresentar algo na Plenária. A Sra. Moema Versiani (INEA) salientou que a
126 Comissão foi instituída no âmbito do CEIVAP, porém, é constituída por outro Comitê de Bacia além do

127 CEIVAP, no caso o Comitê Guandu. Citou a Nota Técnica nº 30/2014/SAG-ANA sobre a avaliação dos
128 mecanismos e valores da cobrança de transposição da água da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul, para a
129 Bacia do rio Guandu, elaborada pela ANA, e a Nota Técnica nº 004/2014/DIGAT sobre a metodologia e valores
130 de cobrança pela transposição das águas do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu no Estado do Rio de
131 Janeiro, elaborada pelo INEA. As referidas NT's, sendo uma histórica e a outra mais decisiva, servirão para
132 embasar as discussões e decisões a serem tomadas. Destacou que o CEIVAP deve se ater ao fato de não criar
133 uma situação de pressão sobre o Comitê Guandu em relação a prazos. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (ONG O
134 Nosso Vale! Nossa Vida) reforçou que no próximo dia 2 de setembro a AGEVAP vai apresentar uma proposta,
135 levando em consideração a NT da ANA. Disse que a proposta é criar uma resolução onde o recurso possa ser
136 acessível. Na ocasião, o Comitê Guandu informou que a proposta consolidada teria que passar por sua Câmara
137 Técnica e Plenária. O Sr. Paulo Valverde (CESAMA) ressaltou que o CEIVAP já possui um cronograma
138 pactuado com o CNRH, e não pode haver outro cronograma diferente do que já foi discutido, aprovado e
139 encaminhado ao CNRH. A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) manifestou-se dizendo que uma coisa é analisar
140 proposta e ter proposta consolidada, e outra é elaborar uma deliberação estabelecendo prazo para reavaliar
141 mecanismos e valores. O CEIVAP insistiu em colocar um prazo até o final do ano que não vai ser atendido. O
142 Sr. Paulo Valverde (CESAMA) falou sobre a necessidade de conhecer a proposta e as justificativas por parte da
143 Comissão para que algo possa ser acordado. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) explicou o quadro comparativo
144 da DN 65/06 e a DN proposta sobre a cobrança, onde apresenta os itens que foram incluídos, excluídos e
145 alterados. Os membros da CTC analisaram item a item a proposta de DN apresentada e contribuíram sugerindo
146 alterações de textos, exclusões e inserções de parágrafos. Definiram que era importante a elaboração de uma
147 Nota Técnica registrando todo o trabalho, como um histórico relativo à cobrança, para que a Deliberação fique
148 mais objetiva. Discutiram sobre as condicionantes e ressaltaram que todo o conteúdo alterado e a NT a ser
149 elaborada devem ser apresentados previamente no âmbito da CTC. **ENCAMINHAMENTO – A AGEVAP**
150 *deverá alterar a proposta da DN 65 conforme as sugestões apreciadas no âmbito da CTC. E em tempo, deverá*
151 *elaborar uma Nota Técnica, junto à ANA, referente a cobrança.* **ITEM 3: Assuntos Gerais** – O Sr. Paulo
152 Valverde (CESAMA) informou que a próxima reunião do Grupo de Trabalho para análise dos produtos do
153 Plano de Bacia (GT Plano) está marcada para o dia 28 de agosto de 2014. Informou também que a próxima
154 reunião da Câmara Técnica está previamente marcada para o dia 23 de setembro de 2014. A Sra. Vera Lúcia
155 Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida) comunicou que o XVI Encontro Nacional de Comitês de Bacias
156 Hidrográficas (ENCOB) será realizado entre os dias 22 a 28 de novembro de 2014, em Maceió (AL). Comentou
157 que o Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica na bacia do rio Paraíba do
158 Sul, para atuação conjunta com o Comitê da bacia do rio Guandu (GTAOH) está se reunindo semanalmente por
159 videoconferência, e o conteúdo das reuniões, apresentações, registros e lista de presença, estão sendo
160 disponibilizados no site da AGEVAP, em um espaço criado para acompanhamento do GTAOH. Falou sobre a
161 criação do Grupo de Trabalho de Articulação dos Comitês Fluminenses Afluentes do Rio Paraíba do Sul (G4),
162 que na próxima plenária do CEIVAP será apresentada uma deliberação referente a criação do G4 para
163 aprovação da plenária. Informou que a próxima reunião da Comissão Especial Permanente de Articulação do
164 CEIVAP e do Comitê Guandu está marcado para o dia 2 de setembro de 2014. Em tempo, citou que a AGEVAP
165 está promovendo a entrega de Manuais de Referência para elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada
166 de Resíduos sólidos e Manuais de Referência para elaboração de Estudos de Concepção, Projetos Básico e
167 Executivo e Estudo Ambiental para o Sistema de Esgotamento Sanitário para os municípios inseridos nas
168 regiões hidrográficas dos Comitês Afluentes do Paraíba dos quais exerce função de secretaria executiva. Não
169 havendo mais nada a tratar, o Coordenador deu por encerrada a 5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica
170 Consultiva do CEIVAP, agradecendo a participação de todos. A presente ata foi lavrada por mim, Raíssa
171 Galdino, Secretária *ad hoc*, e, depois de aprovada, foi assinada pelo Coordenador da CTC, Sr. Paulo Afonso
172 Valverde Júnior, que presidiu a reunião.

173
174
175 Resende, 13 de agosto de 2014.

176
177
178 Paulo Afonso Valverde Júnior
179 **Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP**